



COMPILADO DAS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS À PREFEITURA DE SÃO PAULO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

O **GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL** (GTIEI) é formado pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo; pelo Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC) do Ministério Público do Estado de São Paulo; por Hesketh Advogados, Rubens Naves Santos Jr Advogados e pelo Grupo de Trabalho de Educação da Rede Nossa São Paulo.

A iniciativa de sua criação se deu, em 2012, a partir do diagnóstico dos entraves à efetivação do direito à educação infantil envolvendo a judicialização intensa no Município pelo acesso a esse direito; a preocupação com a qualidade da educação infantil oferecida pelo poder público; a ausência de planejamento público e informações que possibilitassem o controle social das ações voltadas à ampliação do direito à educação infantil no Município (*vide* “10 Pontos para um Plano de Expansão da Educação Infantil de Qualidade no Município de São Paulo”).

A Associação Comunidade Ativa Vila Clara, o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, o Fórum Municipal de Educação Infantil, o Fórum Paulista de Educação Infantil, o Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares, o NEGRI – Núcleo de Estudos de gênero, raça e idade e o GTIEI compõem o **COMITÊ DE ACESSORAMENTO À COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**.

Constituído em 2014, o Comitê possui a missão de monitorar, semestralmente, a execução da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), de 16/12/2013, precedida de uma audiência pública com grande mobilização da imprensa e da sociedade civil, que determinou a criação de 150.000 vagas em Educação Infantil no Município de São Paulo até 2016, sendo no mínimo 105.000 vagas em creches, em período integral, assegurados os parâmetros de qualidade enunciados pelo Conselho Nacional de Educação.

Na última reunião realizada em 08/03/2016, a Secretaria Municipal de Educação expôs, no balanço realizado, que foram criadas **68.395** vagas em creches e **19.893** em pré-escolas.

Ocorre que a fila de espera oficial na cidade de São Paulo é de **103,4 mil** crianças nas creches e outras **3,4 mil** na pré-escola, segundo registrado no balanço da Secretaria Municipal de Educação, de 30 de junho.

Além desse déficit de atendimento imediato, composto por crianças cujo direito à educação se encontra gravemente violado, o Município estabeleceu metas de expansão

e de atendimento para os próximos anos, no Plano Municipal de Educação de São Paulo, Lei nº 16.271, de 17 de setembro de 2015.

Segundo esta Lei, o Município deve “*universalizar, até 2016, a Educação Infantil para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e assegurar, durante a vigência do Plano, atendimento para 75% das crianças de zero a 3 anos e 11 meses ou 100% da demanda registrada, o que for maior*” (Meta 5), além disso, estabelece um conjunto de outras metas e diretrizes voltadas à melhoria da qualidade da educação municipal.

Diante do cenário de violação de direitos de nossas crianças e das determinações já estipuladas na legislação municipal, é premente que os candidatos à Prefeitura do Município de São Paulo apresentem, com seriedade e de maneira qualificada, à sociedade paulistana, seus compromissos no tocante ao direito à educação infantil.

Para tanto, formulamos os seguintes questionamentos aos 11 candidatos à Prefeitura. Abaixo, está o compilado das respostas enviadas pelos candidatos Altino de Melo Prazeres, Luiza Erundina, Fernando Haddad, João Bico, João Doria e Ricardo Young.

1. Sobre o déficit de vagas em creches na cidade de São Paulo, de que maneira o seu governo pretende resolver essa demanda?

Altino

- Investimento massivo nesta demanda
- Expropriação de terrenos de mega especuladores para a construção de CEI
- Adaptação de prédios nas mesmas condições

Erundina

- Mais de 100 mil crianças de 0 a 5 anos na fila, para cumprir a meta do Plano Municipal de Educação
- O atendimento deverá mais que dobrar
- O que mais nos impulsiona é saber que a ampliação do atendimento na educação infantil não pode, de forma alguma, ser feita sem um olhar cuidadoso para a qualidade deste atendimento.

Fernando Haddad

- Para os próximos dois meses estão previstas a entrega de novas EMEIs que atenderão 2.334 crianças que aguardam na fila. Com isso, São Paulo será um dos poucos Municípios brasileiros que universalizará o atendimento de 4 e 5 anos até o final de 2016 (*trecho extraído da apresentação das respostas do candidato*).
- O governo Haddad seguirá a estratégia adotada desde 2013, em sintonia com a Meta 5 do Plano Municipal de Educação – PME (Estratégia 5.1).
- Implantação de novos Centros de Educação Infantil (CEIs/creches) nas regiões mais vulneráveis e com maior demanda registrada
- Redes direta, indireta e conveniada, assegurando sua qualidade

João Bico

- Déficit de quase 80% em vagas em creches (Data Popular). Fila de espera era de 103,4 mil crianças nas creches e outros 3,4 mil na pré-escola (30/06)

- O principal problema da cidade de São Paulo não é orçamento, é gestão. A Educação recebe recursos suficientes para um atendimento infinitamente melhor do que o que temos hoje.
- Objetivo é realizar parcerias com o setor privado tanto quanto possível, em áreas em que este possa executar o serviço, e a prefeitura, apenas fiscalizar.
- Parcerias com empresas que possam doar terrenos ou construir as unidades escolares também estão previstas e podem gerar mais da metade das vagas necessárias.

João Doria

- Realizar um estudo minucioso de otimização de espaços em Unidades de Educação Infantil já em funcionamento
- Construção de novas unidades da rede direta
- Ampliar e melhorar a realização de convênios com as diversas entidades
- Em nossa análise a falta de espaço físico nos bairros com a maior concentração de trabalho é um dos grandes entraves para o atendimento da demanda. Para isso, prevemos outras possibilidades de atendimento, por exemplo, o incentivo a grandes empresas, redes de supermercado, grandes varejistas etc a oferecem espaço para alocação de creches (desde que sejam garantidas as condições fundamentais para a qualidade de atendimento as crianças e as famílias).

Ricardo Young

- Em 2013, a meta estabelecida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para 2016 foi de 150 mil vagas, expressas no plano de metas do atual governo. Cumprir essa meta é o mínimo, mas a realidade é que para além das 88.288 vagas já criadas (em sua grande maioria por creches conveniadas), existe ainda uma demanda real de 106.800 vagas.
- Dos 20 CEUS previstos no plano de metas apenas o CEU Heliópolis (construído pela gestão passada) foi inaugurado. Dos R\$ 620 milhões alocados para essa meta representaria R\$ 31 milhões empenhados na construção de cada CEU.
- A discrepância entre os 150 mil das metas e da decisão do TJSP e as 106.800 vagas ainda faltantes mesmo após a criação das 88.288 vagas, se deve ao fato de a demanda ser dinâmica em função da taxa de natalidade, imigração, demanda e oferta de trabalho das famílias que impactam na necessidade de creches públicas ou conveniadas.
- Nossa proposta para a redução do déficit de vagas, portanto, é:
 - Antecipar a demanda futura por meio da Expansão do Programa Mãe Paulistana que, para além do pré-natal e parto, passará a integrar outros serviços de educação, saúde e assistência social. Com ele a criança já sairá da maternidade com seu registro integrado à carteirinha do SUS que, por meio do cruzamento de dados do serviço público do Sistema Municipal de Inteligência Urbana, e do planejamento territorial das coprefeituras permitirá orientar com 4 meses de antecedência o devido encaminhamento da criança. Organizando melhor o fluxo, a demanda e o atendimento individual e personalizado quando necessário.
 - Investir na construção de estruturas menores, e ainda mais capilarizadas nos territórios, nos moldes dos CEUS, mas com foco em CEI e CEMEI que sejam mais atrativas e funcionais para a cogestão da comunidade e das famílias. Com a redução da estrutura economizasse para investir em novas unidades. O planejamento territorial das coprefeituras, não apenas identifica a demanda local de educação infantil, mas também o potencial de cada território em receber uma unidade e o impacto dessa unidade na comunidade, envolvendo-a desde a concepção do projeto, gerando emprego na sua construção e manutenção e produzindo serviços

ambientais como captação e reúso de água pluvial, horta comunitária, área verde.

- Parceria com escolas do Estado com maior taxa de ociosidade para acolher turmas da pré-escola.
- Construção e/ou Retrofit de novas creches priorizando os territórios com maior previsão de demanda de acordo com a natalidade.
- Investir em expandir o número de creches conveniadas em caráter de urgência.

2. Qual a projeção em percentual de ampliação de vagas (criação de novas vagas) em creches para o município de São Paulo e qual o modelo que será adotado? Direta, indireta ou conveniada? Quantas vagas serão criadas em cada uma das modalidades? Quais as principais inovações que pretende adotar na área da política pública de educação infantil caso seja eleito?

Altino

- Em 4 anos eliminar a falta de vagas
- Somente na modalidade direta para garantir que a educação infantil seja tratada com a qualidade que diz a lei e não como mercadoria

Erundina

- Programa de governo está em construção
- Metas, algumas definições estratégicas, compromissos de gestão têm que ser socializados com a sociedade para que a responsabilidade por elas seja também da sociedade
- Congelar as matrículas da rede conveniada e batalhar para ampliar as vagas via rede direta de atendimento, que conta com profissionais mais qualificados, espaços mais adequados, salários justos, jornada de trabalho e carreira profissional.
- Padrões de qualidade determinados nacionalmente sejam cumpridos, inclusive e sobretudo na rede conveniada existente. É evidente uma brutal diferença de qualidade em relação à rede direta e que representa, hoje, cerca de 70% do atendimento em creche na rede municipal
- Fortalecimento da gestão democrática
- Projeto pedagógico com a devida autonomia escolar
- Unidades com condições de funcionamento incluindo número de profissionais adequados, materiais, espaços e recursos financeiros que estimulem a realização do PPP
- Redução do número de crianças por turma
- Jornada com o mínimo de 1/3 para atividades de planejamento e formação

Fernando Haddad

- Compromisso é assegurar matrículas para 100 mil bebês e crianças em quatro anos.
- Ao contrário das discussões que vem ocorrendo em âmbito federal, o governo Haddad manterá essa garantia na Secretaria de Educação e não transferirá os CEIs para a área de assistência social.
- Tampouco pretende criar programas de atendimento desarticulados com a estratégia educacional.
- Apesar da crise econômica, o governo Haddad seguirá nomeando e contratando professores de educação infantil e melhorando suas condições de trabalho.

- Parceria com o Tribunal de Contas e demais órgãos de controle para remover os obstáculos jurídicos que impedem que a formação dos educadores das redes indiretas e conveniadas seja realizada pela Prefeitura.
- A gestão pretende igualar a formação para todas as redes e trabalhará fortemente para instituir uma jornada de formação dos educadores da rede conveniada. Com isso, parte do tempo dedicado ao atendimento com criança poderá ser destinada à formação.
- Expansão dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIS), que garantem atendimento de 0 a 5 anos numa perspectiva integradora.

João Bico

- Em menos de 4 anos, mais de 20% ao ano de vagas serão abertas.
- Convênios com associações, escolas estaduais e até particulares.
- Abrir mais da metade das vagas necessárias por meio de contrapartidas das parcerias com o setor privado: construção de creches e/ou a doação de terrenos
- Proposta inovadora: criação da “creche noturna”, cujo atendimento se estenderá até 23h, a fim de atender as famílias que trabalham também nesse período.
- Segurança 24 horas para a escola com atuação da Guarda Civil Metropolitana. Creches funcionarão à noite, junto com outros cursos noturnos.

João Doria

- Faz parte das metas do Plano Municipal de Educação o atendimento, durante a sua vigência, de 75% das crianças de zero a três anos e onze meses ou 100% da demanda registrada, o que for maior. Atualmente a prefeitura registra 103.496 crianças na fila por uma vaga nas creches. Nosso objetivo é atender a essa meta ao longo dos quatro anos da nossa gestão.
- Os dados da prefeitura indicam que 65% das creches existentes na cidade (1325) são conveniadas e 35% (726) funcionam em espaços da própria prefeitura. São 214.000 crianças em creches conveniadas que representam 80% do atual total de matrículas. Na atual gestão, foram assinados 421 novos convênios com creche e criadas 21 novas EMElS.
- Dessa forma, a realização de convênios com diversas entidades tem sido uma das estratégias mobilizadas para atender a população e atingir as metas definidas na lei que institucionaliza o Plano Municipal de Educação.
- Uma de nossas propostas é constituir instâncias que permitam aperfeiçoar o acompanhamento da gestão da oferta de vagas e dos serviços conveniados. A criação de uma agência irá intermediar os interesses da sociedade civil (pais e mães das crianças), as creches conveniadas e os representantes da gestão pública, incluindo os poderes judiciário e ministério público.
- Entre outras funções, poderá contribuir para:
 - Aprimorar o processo de mapeamento e acompanhamento da demanda por vagas na creche
 - Dar transparência aos processos de oferta de vagas, atendimento e matrícula;
 - Aprimorar os critérios de monitoramento e acompanhamento da qualidade dos serviços conveniados.

Ricardo Young

- Os dados disponibilizados pela prefeitura são conflitantes. Apontam para 88, 90 ou 91 mil vagas criadas na educação infantil sendo mais de 75 mil em creches, com a abertura de 375 novas creches. Isso representa uma média de 200 crianças por creche.

- Para essa quantidade de crianças atendidas a creche deveria ter a estrutura de um CEU, ou seja, 375 CEUs e ainda assim a qualidade do atendimento questionável para essa quantidade de crianças. Então os números não fecham.
- Segundo o Estadão, em julho de 2015 haviam 10.780 crianças na fila e nas creches 124.741 vagas em deficit.
- Trabalhamos então com os dados enviados pelo GTIEI considerando a demanda das creches em 103,4 mil e de pré-escola em 3,4 mil em 25 de agosto. Mas há ainda um fator relevante de antecipação, pois as crianças que completam 4 anos e saem das creches demandam vagas de 4 e 5 anos na pré-escola fato que levou o atual prefeito permitir a permanência de crianças até 6 anos nas creches.
- O orçamento da pasta de educação foi de R\$ 10,4 bilhões em 2016 sendo que o orçamento de 2017 ainda será aprovado pela Câmara Municipal.
- Nossa avaliação é que para equilibrar quantidade e qualidade a política isolada de construção de espaços, não é suficiente. É necessário considerar uma Rede de Atendimento no território tendo os CEUs como pontos de referência, articulação, formação, monitoramento.
- As creches conveniadas são a forma mais dinâmica de resolver a grande demanda em caráter emergencial, entretanto a dificuldade em fiscalizar, acompanhar e garantir a qualidade do grande número de conveniadas têm sido um fator de atenção. Propomos assim redes de atendimento de conveniadas ligadas à CEUs e CEIs, mais fácil de gerir em parceria com a comunidade e as coprefeituras.
 - Conclusão dos 14 CEUs previstos que já foram licenciados: Freguesia do Ó, Novo Mundo, Carrão, José de Anchieta, São Miguel, Jose Bonifácio, Parque do Carmo e Vila Prudente, Pinheirinho D Água, Taipas, Cidade Tiradentes, Joamar/Tremembé, Campo Limpo/Piracuama e CEU Grajaú/Petrolina com uma b. Construção dos outros 5 previstos no plano de metas totalizando 19 novos CEUs e 2800 vagas de 03 e concentrando neles o fluxo de crianças de 45 anos que ingressam na pré-escola.
 - Cada novo CEU, em cogestão com as comunidades, contará coma equipe de agentes de acompanhamento e articulação de 40 novas creches conveniadas no território que têm o CEU como referência. São 800 novas creches conveniadas com um atendimento total de 65.000 crianças (80 crianças em média)
 - Implantação de redes menores de atendimento com a Construção/Retrofit de 32 Centros de Educação Infantil (150 crianças em média) que acompanham 10 conveniadas com (100 crianças em média) totalizando 36.800 crianças.
 - Programa de incentivo à creche no trabalho no qual empresas que ofereçam espaço e estrutura adequado para a implantação de creches para filhos dos funcionários possam abater IPTU e taxa de fiscalização de estabelecimento. Essas creches integrariam também a rede de atendimento local que tem um CEU ou um CEI como referência e acompanhamento.
- Sendo assim na rede de atendimento CEU+Conveniada temos a criação de 67.800 novas vagas e na rede CEI+Conveniadas 36.800 novas vagas totalizando 104.300 crianças na rede pública e conveniada de educação infantil. 7.600 vagas diretas (7%) e 96.700 indiretas (93%).

3. Qual o planejamento de investimentos anuais na área de educação infantil ao longo do mandato? Qual o valor do custo aluno qualidade inicial e custo aluno qualidade em educação infantil utilizado pela equipe da

gestão para planejamento de investimento e manutenção da educação infantil?

Altino

- O plano parte da suspensão do pagamento da dívida pública do município para que seja possível, de imediato quadruplicar o valor atual do custo aluno anual, hoje de em torno de 2.600,00 e aplicar 10% da arrecadação em educação.

Erundina

- Auditoria da dívida pública na cidade
- Aumentar os gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino para 30% da receita líquida de impostos, como foi feito no nosso primeiro governo, propondo esta alteração na Lei Orgânica do Município, que auxiliarão o cumprimento da meta, porém não serão suficientes.
- Pressionar a União e o governo estadual para cumprir suas responsabilidades no regime de colaboração

Fernando Haddad

- Os recursos necessários para melhorar ainda mais a Educação Infantil na cidade serão alocados com prioridade, para atender aos 499.104 bebês e crianças atualmente nas CEIs/Creches e EMIs/Pré-Escolas e ampliar em 100 mil novas matrículas.

João Bico

- Segundo o site da Prefeitura Municipal de São Paulo, pelos próximos dez anos, um terço do orçamento da cidade será destinado à Educação. Para 2017, a estimativa inicial é de R\$ 2,9 bilhões de recursos.
- O valor do custo de cada aluno fica em torno de R\$1.088.
- É um custo que precisa ser revisto, a partir da consolidação de parcerias que nos garantirão novas possibilidades de investimentos em Educação.

João Doria

- No primeiro ano do mandato teremos que gerir a pasta a partir do orçamento preparado pela atual gestão – teremos que equacionar os recursos previstos para otimizá-lo ao máximo, elegendo prioridades. A Educação Infantil, certamente, é uma delas!
- Com posse de todas essas informações e após revisarmos os contratos e os números da Prefeitura poderemos atender as metas 1.2, 1.3 e 1.4 previstas no PME.

Ricardo Young

- Nossa gestão se comprometerá com a meta do PME de ampliar o investimento total da educação em 33% da receita proveniente de impostos desde que não represente valor inferior aos R\$ 11 bilhões da pasta em 2016. Se houver queda de arrecadação a prefeitura se compromete a não reduzir o investimento em educação com absoluta prioridade na Educação Infantil.
- Em 2016, o valor do repasse do governo federal para o aluno de creche é de R\$ 3.308,91 e R\$ 2.545,31 para pré-escola. R\$ 345 milhões com todas as vagas em creches propostas convertidas em matrículas e R\$ 8, 5 milhões para pré-escola.
- O valor de referência utilizado para orçamento municipal é da plataforma de cálculo do CAQi é de R\$ 13.011,04 por criança/ano no cenário ideal com período

integral o que representaria um valor de R\$ 1,4 bilhões e um efetivo de 15.000 profissionais.

- A construção dos 19 CEU e construção/retrofit de 30 CEI estarão previstas nos R\$ 620 milhões da qual a atual gestão cumpriu 40% e na entrega de um equipamento.

4. Qual a concepção do candidato e quais as propostas para a educação de alunos com deficiência na educação infantil?

Altino

- Temos a concepção de que a educação para alunos especiais deve ser de qualidade e garantir a socialização do educando em condições adequadas as suas necessidades e com acompanhamento de profissional qualificado.

Erundina

- Bebês e crianças muito pequenas dependem dos adultos para garantir a qualidade do atendimento. Todas elas devem ter um atendimento de qualidade, incluindo as crianças com deficiência
- A educação infantil, justamente por sua concepção, consegue realizar um trabalho de inclusão social mais interessante que o ensino fundamental, contemplando as especificidades das crianças com deficiência na organização das creches e pré-escolas.

Fernando Haddad

- É direito dos bebês e das crianças fruírem de uma educação infantil inclusiva e com qualidade social, que a gestão Haddad já defende, em sintonia com a Convenção para os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- A proposta é investir em tecnologias assistivas e em obras de acessibilidade para remoção das barreiras que impedem os bebês e crianças com deficiência de vivenciar plenamente a infância.
- Temos o compromisso de investir na formação para romper barreiras criadas pelos preconceitos, estigmas, generalizações e estereótipos em relação às pessoas com deficiência.
- Tais barreiras refletem atitudes de inferioridade, pena, exaltação do heroísmo, ignorância, desconhecimento ou medo, muitas vezes invisíveis e de difícil reconhecimento, especialmente por parte de quem as impõe.

João Bico

- É preciso capacitar os professores para que trabalhem com alunos com necessidades especiais.
- É inconcebível que esses alunos sejam literalmente jogados em salas de aula com os outros alunos.
- É necessário prepararmos tanto professores como alunos, para que todos possam conviver em harmonia.
- São necessários professores extras que possam atender os alunos que necessitam de maior atenção. Hoje, a realidade da sala de aula é o oposto disso e, para que o professor se dedique ao(s) aluno(s) com necessidades especiais, precisa deixar de atender os demais.

João Doria

- É direito da criança e da família a inclusão de alunos com deficiência na educação infantil. Queremos a universalização do atendimento escolar à demanda manifestada pelas famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. No entanto, não basta somente garantir a matrícula desses alunos, mas é preciso dar toda assistência aos professores, alunos e famílias.
- Além disso, é preciso criar centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, que desenvolvam pesquisa sobre a temática, e integrados, por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, em número proporcional à quantidade de educandos com necessidades especiais atendidos na região, para apoiar o trabalho das (os) professoras (es) com as (os) educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Ricardo Young

- Resgatar o programa INCLUI com algumas melhorias principalmente no que se refere ao atendimento nas escolas.
- Ampliar o quadro de AVEs, consolidar o programa de estágio CEFAl (convênio com as faculdades), formação específicas para os professores, ampliação do SAAI, garantir a oferta de educação bilíngue (LIBRAS).
- Atendimento preferencial aos alunos nas UBS e AMAs, convênio com entidades para acompanhamento dos alunos (AACD, Dorina Nowill, Pestalozzi, AMA e outras).
- Necessário diminuir a quantidade de alunos por sala e adequação dos materiais e mobiliário.

5. Quais as propostas relacionadas aos docentes da educação infantil no que tange à valorização profissional, capacitação inicial e continuada e condições de trabalho?

Altino

- Defendemos o Piso do DIEESE para vinte horas aula, formação continuada em universidades públicas e plano de carreira aberto.

Erundina

- Profissionais com melhores salários
- Jornada com o mínimo de 1/3 para atividades de planejamento e formação
- Formação continuada para todos os profissionais das unidades.

Fernando Haddad

- A gestão Haddad valoriza a participação dos profissionais da educação, por meio da construção participativa de políticas, legislação e documentos de referência.
- Apesar da crise econômica e fiscal, temos assegurado a elevação do piso e reajustes anuais acima da inflação a todos os profissionais da educação. Entre 2013 e 2016, o piso dos professores aumentou 36%, saindo de R\$ 2.600,00 para R\$ 3.549,00. São Paulo passou a ter um dos maiores pisos do País.
- A formação também tem sido prioridade para a gestão. Entre 2013 e 2016, foram ofertadas mais de 600 mil vagas de formação. Por meio da UniCEU, essa política será aperfeiçoada e aprofundada.
- Além de implantar um amplo programa de reformas e modernização tecnológica das nossas escolas para melhorar as condições de trabalho, a gestão Haddad

consolidará e aprofundará os programas voltados para segurança e a saúde do professor.

João Bico

- É preciso valorizar o professor, dando-lhe um salário digno de um verdadeiro educador.
- Também é necessário oferecer cursos de reciclagem, equipar todas as escolas, envolver alunos e familiares nas questões escolares e oferecer prêmios para as escolas com melhor desempenho.
- Garantir segurança aos professores e toda a comunidade escolar com a presença da GCM 24 horas por dia.

João Doria

- Asseguraremos todos os direitos já adquiridos.
- Os aumentos salariais, e isso é um compromisso, nunca ficarão abaixo da inflação do período.
- Pretendemos revisar os salários dos gestores e vamos estudar como viabilizar a equiparação dos salários dos professores das creches conveniadas com o dos professores das creches da Prefeitura. Tanto a creche da prefeitura como a conveniada atendem as crianças da rede.
- É preciso isonomia, não há porque haver diferenciação.
- A Prefeitura estará sempre aberta para recebermos representantes das categorias e juntos negociarmos demandas que surgirem.
- Nosso plano prevê a criação do Centro de Apoio e Inovação para professores e equipes escolares, para mobilizar, capacitar e apoiar de forma sistemática a construção de propostas e soluções voltadas para a melhoria das aprendizagens.
- Queremos dar todo o suporte necessário para os professores.
- Utilizar de tecnologias para não tirar o professor da escola.
- Usar as novas tecnologias móveis nas ações de formação dos educadores.

Ricardo Young

- Na Educação Infantil é necessário adequar a grade do professor para que o mesmo possa ter 6 horas aulas com aluno, isso incluindo seus horários individuais (caso JEIF), para isso devemos utilizar profissionais da área da educação física, artes e música, mas isso só deve ocorrer quando as novas unidades forem entregues.
- A formação dos docentes deve ser de qualidade com parcerias com grandes universidades (PUC, USP, Mackenzie) ou Institutos: Santillana, Natura, Alana, Fundação Tide Setubal, Fundação Maria Cecília Souto Maior, Cenpec.
- Atenção para a Carreira do Magistério no que se refere a garantia dos direitos já adquiridos, reajustes que acompanhem a inflação, Revisão do Projeto que segue na Câmara dos Vereadores para a criação do Sampaprev. Essa valorização dos docentes é extremamente importante para que profissionais de qualidade se sintam motivados a ingressarem na carreira pública.
- Respeitar 1/3 para jornada de trabalho para planejamento e formação (conforme PNE).
- Professores em início de exercício devem passar por um momento de conhecimento da carreira bem como uma integração para posteriormente dar aula.

6. Quais parâmetros de qualidade em educação infantil serão utilizados em seu governo? Quais aspectos relacionados à qualidade da educação

infantil, em creche e pré-escola, V.Sa. reputa os mais importantes e que receberão investimentos prioritários em sua gestão?

Altino

- Infraestrutura e capacitação profissional.

Erundina

- A educação infantil é um campo que tem avançado muito na teoria, tem muitos documentos oficiais que tratam de padrões de qualidade, do MEC e da própria prefeitura, mas o que acontece é que as gestões não cumprem (nem dão condições, no caso do governo federal) de cumprir as próprias determinações.
- Iremos trabalhar para que os padrões de qualidade determinados nacionalmente e amplamente amparados pelos especialistas e estudiosos da área sejam cumpridos, inclusive e sobretudo na rede conveniada existente, onde hoje é evidente uma brutal diferença de qualidade em relação à rede direta e que representa, hoje, cerca de 70% do atendimento em creche na rede municipal.

Fernando Haddad

- O binômio acesso e qualidade caminham juntos para construir uma política pública de Educação Infantil que busque a garantia dos direitos dos bebês e das crianças.
- A expansão das matrículas na educação assegurou tempo integral nos CEIs (10 horas) e jornada ampliada (6 horas) ou integral (mais que 7 horas) nas EMEl.
- Todas as crianças recebem até cinco refeições por dia. A alimentação, acompanhada pelas nutricionistas, têm priorizado a compra de produtos orgânicos ou da agricultura familiar e daqueles com menor redução de açúcares, sódio e gordura.
- Todos os educadores têm formação em pedagogia ou magistério. Assim, associada à democratização do acesso, a gestão Haddad promoveu a melhoria da qualidade social da educação infantil. O forte investimento em formação articulado à construção participativa de documentos de referência potencializa a proposta pedagógica, que considera a criança em todas as suas dimensões humanas, a diversidade, a integralidade do cuidar e educar, reconhecendo as especificidades de cada atendimento. Além disso, possibilita a reorganização de tempos, espaços, ambientes educativos e materiais.
- Destacam-se os documentos “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil Paulista”, os “Padrões Básicos de Qualidade na Educação Infantil Paulista” e o “Currículo Integrador da Infância Paulista”.
- Esses documentos indicam os parâmetros de qualidade que servem de guia para as políticas educacionais voltadas à educação infantil no município de São Paulo.
- Os investimentos devem cobrir todas as dimensões da qualidade, especialmente aquelas relacionadas à formação dos educadores.
- A oferta direta pela Prefeitura de formação continuada para educadores das redes direta, indireta e conveniada também fortalecerá a qualidade da educação infantil.
- Além da formação, a gestão Haddad está investindo na ação supervisora, realizada pela Supervisão Escolar. Por entender que essa carreira de Estado auxilia no processo de melhoria da qualidade, a gestão Haddad aumentará o quadro de supervisores em mais 28%, saltando de 333 para 430. O projeto será enviado à Câmara de Vereadores ainda este ano.

João Bico

- Aumento de salário para os professores, equipamento para as escolas, merenda e uniforme adequados, sempre com a realização de convênios para assegurar mais investimentos.
- A prioridade de verba será sempre na área da educação e voltada para as crianças de até 3 anos. Trata-se de uma idade prioritária, pois é a fase em que uma criança consegue desenvolver perfeitamente suas sinapses.

João Doria

- Nosso plano de governo para educação tem como objetivo cumprir as metas já estabelecidas no Plano Municipal de Educação.
- Ele possui metas que balizam todo o nosso plano de governo.
- É importante dar continuidade ao que já foi realizado e, sempre, melhorar.
- Nossos investimentos em qualidade se darão da seguinte forma:
 - Estabelecer, sempre em parceria com os professores e demais colaboradores da Rede, processos e parâmetros para acompanhamento e avaliação das aprendizagens, de forma que os gestores, equipes escolares e a sociedade possam realizar escolhas que favoreçam e ampliem o conhecimento dos alunos, atribuindo a cada unidade escolar autonomia para definir quais ações deverão ser tomadas;
 - Foco na aprendizagem esperada dos alunos. Todas as nossas diretrizes, programas e ações administrativas serão priorizadas, planejadas e acompanhadas a partir desse foco;
 - Escutarmos organizações preocupadas com a condução das unidades educacionais na nossa Cidade, que nos sinalizarão possíveis políticas devemos adotar para a Educação Infantil.
 - Assegurar alimentação saudável para as crianças.

Ricardo Young

- Adequação da educação infantil à meta do Plano Municipal de Educação:
 - Berçário I: 7 crianças/1 educador
 - Berçário II: 9 crianças/1 educador
 - MiniGrupo I: 12 crianças/1 educador
 - MiniGrupo II: 25 crianças/1 educador
 - Infantil I: 25 crianças/1 educador
 - Infantil II: 25 crianças/1 educador
- Valorização do profissional da educação infantil buscando a equiparação gradual do rendimento aos demais profissionais com mesma escolaridade
- A qualidade do relacionamento da criança com seu entorno e com as pessoas que o cercam é o aspecto principal para seu desenvolvimento, ambientes relaxados, seguros e oportunidade de estímulo adequado e desenvolvimento autônomo são fundamentais.
- Dentro dos aspectos logísticos, que cabe à prefeitura, assegurar a qualidade da merenda e segurança da entrega merece especial atenção.
- Os serviços públicos devem ser núcleo de suporte às famílias. Quando se trata do desenvolvimento integral das crianças, o primeiro fator de relevância é a qualidade de sua relação com a famílias e entre os membros da família. De todos os equipamentos geridos pelo estado, a escola é o que chega mais perto dessa realidade e que, portanto, é privilegiada, não apenas para o atendimento, mas também para o levantamento de informações.
- O modelo de gestão descentralizada ajuda a criar redes de proteção integral no território conectando serviços e informações.

7. Qual a equipe responsável pela elaboração de seu programa de governo na área de Educação Infantil? Quem são as pessoas que integram referida equipe, especificando formação acadêmica, profissional e contribuição que já tenham dado na respectiva área?

Altino

- Janaina Rodrigues – Professora de História formada pela UNESP, com aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos pela UFABC.
- Dayana Araujo Biral – Professora de História e Pedagoga formada pela PUC. Com aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos pela UFABC.
- São colaboradoras do ILAESE para assuntos educacionais e atuam na rede pública municipal.

Erundina

- Não indicou os nomes da equipe

Fernando Haddad

- O programa de governo à reeleição do prefeito Fernando Haddad contou com a participação de centenas de acadêmicos, técnicos e educadores da Rede Municipal de Ensino. A coordenação ficou a cargo das seguintes pessoas:
- Ana Estela Haddad, livre-docente do Departamento de Ortodontia e Odontopediatria da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo e Coordenadora Adjunta do Núcleo de Telessaude e Teleodonto da FOU SP. Foi Coordenadora do Programa Telessaude Brasil do Ministério da Saúde desde a sua criação (2007) até 2012. Prestou assessoria tanto no Ministério da Educação (gestões Cristovam Buarque e Tarso Genro) quanto no Ministério da Saúde (gestões Saraiva Felipe, Agenor Álvares, José Gomes Temporão e Alexandre Padilha). Participou da formulação de ações exitosas como ProUni, PET-Saúde, Telessaúde Brasil, UNASUS, Revalida e Pró Residências. Na Prefeitura de São Paulo, coordena voluntariamente a Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância na Cidade de São Paulo (São Paulo Carinhosa), programa que reúne 14 secretarias de governo, criado em agosto de 2013, e que tem como propósito promover a saúde integral da criança em seus primeiros anos de vida.
- Maria Aparecida Perez, Ex-secretária Municipal de Educação da cidade de São Paulo, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Pedagogia Social pela Universidade de Siegen (2010). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia da educação, CEUs - São Paulo, apropriação do território e educação, pertencimento e orçamento público.
- Fátima Aparecida Antônio, graduada em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (1977), possui licenciatura em história pela PUC-SP (1983) e licenciatura em pedagogia e especialização em Gestão Escolar pela Universidade Nove de Julho (1994). Foi professora, coordenadora pedagógica e diretora de escola da rede municipal de ensino. Foi, também, Diretora Regional de Educação em 2003 e 2004, diretora de Ensino Fundamental e Médio entre 2013 e 2014, Coordenadora Pedagógica, em 2015 e, atualmente, é Secretária Adjunta de Educação em 2016.
- Sonia Larrubia Valverde possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985), mestrado em Educação (Psicologia da Educação, pesquisa Relatórios de Avaliação nas EMEl do Município de São Paulo: uma necessidade ou uma exigência Legal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994). Atuou como Professora de Educação Infantil e

como Coordenadora Pedagógica em Unidades Educacionais Municipais na Zona Leste da cidade e como Supervisora Escolar na Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá. Atuou na Comissão de transição das Creches da Secretaria da Assistência Social para a Secretaria Municipal da Educação em 2001-2002. Desde de 2013, é diretora da Divisão de Educação Infantil, parte integrante da Coordenadoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

- Renata Cristina Dias Oliveira possui graduação em Pedagogia (1996) e Mestrado, na área Didática, Teorias de Ensino e Práticas escolares (2011), ambos pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/ FEUSP. Trabalha desde 1994 na Rede Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, na qual exerceu o cargo de Professora de Educação Infantil (1994 à 2001), trabalhou no Núcleo de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo como formadora de profissionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (2001 a 2004). Desde 2004, é Coordenadora Pedagógica de um Centro de Educação Infantil, pertencente a mesma rede. Atualmente é Coordenadora de Educação do CEU Alvarenga – DRE Santo Amaro. Participante do Grupo de Pesquisa Contextos Integrados de Educação Infantil e do Grupo de Estudos Formação Profissional e Práticas de supervisão em Contexto (FE-USP). Compõe, na atualidade, o Grupo Gestor do Fórum Paulista de Educação Infantil.
- Lourdes de Fátima Paschoaletto Possani é mestra (1999) e doutora (2008) em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Licenciada em Biologia pela Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras de Lins (1983) e em Pedagogia pela Universidade do Oeste Paulista (1994). Atualmente é Chefe da Coordenadoria de Gestão Educacional da Secretaria Municipal de São Paulo. Foi Diretoria Regional de Educação do Município de São Paulo (2013-2014). É membro do Conselho Municipal de Educação (São Paulo).

João Bico

- Nossa equipe é formada em parte por professores do Mackenzie, profissionais altamente competentes.
- Professora Márcia Cardoso, diretora de uma Creche Municipal na Vila Brasilândia, será a coordenadora de projetos.
- Dercila Bastos, presidente da associação dos Servidores Públicos, será a responsável por angariar recursos.
- Professor Lindberg Morais será o meu secretário de Educação.

João Doria

- Para todas as áreas foram criados grupos de trabalho específicos para discutir as propostas do plano de governo. Nesse caso, no GT Educação, tivemos profissionais da rede municipal que conhecem bem a realidade da Secretaria e são importantes para a condução dos trabalhos;
- Participaram também gestores que estão na rede há mais de 30 anos a novos concursados que possuem uma visão inovadora e que nos ajuda a entender o comportamento das nossas crianças e adolescentes. Também contamos com especialistas e consultores que fizeram um ótimo levantamento da situação atual e nos ajudaram trazendo ideias inovadoras que vão de encontro com as necessidades da Rede.
- Acredito que é fundamental aproveitar os valiosos educadores que existem na rede e integrá-los com profissionais com diversas vivências bem sucedidas na Educação Infantil para podermos avançar na qualidade do atendimento.

- Um fator importante será a escolha do Secretário de Educação. Certamente será um profundo conhecedor da educação pública, com experiência desde a sala de aula, gestão escolar e na secretaria de educação. E necessariamente com uma boa formação acadêmica e que possa dialogar tanto com os professores como com os outros secretários.

Ricardo Young

- O Programa de Governo da Rede Sustentabilidade foi construído de forma participativa com 8 oficinas gerais e temáticas e contribuições online. Participaram de sua construção 200 pessoas de perfis variados, muitos especialistas, muitos cidadãos engajados na melhoria da cidade, muitos protagonistas de iniciativas transformadoras da cidade. Na área de educação contribuem significativamente:
- Marta Arruda: Professora da Rede Pública Municipal, Pedagoga, atual Diretora do CEU EMEI Jaçanã
- Zysman Neiman: Doutor em Psicologia (Psicologia Experimental com pesquisa em Educação Ambiental) (2007), passagem pelo programa de doutorado em Ciência Ambiental (2000-2004), mestre em Psicologia (Psicologia Experimental, com ênfase em Ecologia Comportamental) (1991), Licenciado em Ciências (1986), Licenciado em Biologia (1986), e Bacharel em Ciências Biológicas (1986), todos pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Pesquisador e Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atuando como vicecoordenador e professor no curso de Bacharelado em Ciências Ambientais. Teve grande atuação como Educador no Ensino de Ciências e Biologia (1985-1996). Foi Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) lotado no Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade (CCTS), onde coordenou o Laboratório de Ecologia, Percepção e Educação Ambiental LEPEA. Foi ViceCoordenador do Programa de PósGraduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental PROSGAMUFSCar, onde atualmente é docente e pesquisador. Também atua no Programa de PósGraduação em Educação do CCTS UFSCar. Exerce a função de Presidente do Conselho Curador do Instituto Physis Cultura & Ambiente e de Presidente da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), uma entidade científica. Foi um dos redatores do Tema Transversal "Meio Ambiente", dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental do MEC (1998). É autor de diversos livros na área de Ecologia, Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade, e é Editor Chefe da Revista Brasileira de Ecoturismo (Qualis B2).
- Rangel Mohedano: Engenheiro Ambiental. Foi coordenador do Programa Juventude e Meio Ambiente da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação. Conselheiro Nacional de Juventude, Formação em Educação Ativa (ciclo de formação com
- Margarita Valência do Instituto Pestalozzi do Equador), Formação em Pedagogia Sistêmica pelo Espaço Conexão Sistêmica e ISPAB Institut für Systemische Psychotherapie, Aufstellung und Beratung, atual coordenador do Programa de Governo São Paulo em Rede.

8. Qual a proposta para gerenciar com transparência os dados/indicadores e os gastos/financiamento com a Educação Infantil?

Altino

- Que a educação infantil do município seja dirigida e fiscalizada por conselhos populares.

Erundina

- Metas, algumas definições estratégicas, compromissos de gestão têm que ser socializados com a sociedade para que a responsabilidade por elas seja também da sociedade

Fernando Haddad

- A gestão Haddad tem investido fortemente na transparência e no controle social dos indicadores de políticas públicas e do orçamento público.
- Além da prestação de contas, realizada regularmente pela Secretaria Municipal de Educação, a gestão Haddad está investindo na transparência e nos dados abertos, valorizando a Lei de Acesso à Informação.
- Ao lado da Controladoria Geral do Município, criou a Coordenadoria de Controle Interno na Secretaria Municipal de Educação para potencializar o controle social dos recursos públicos.
- A gestão Haddad aposta também na relação colaborativa com os órgãos de controle (CGM, Ministério Público, Defensoria Pública, TCM, Poder Judiciário e Poder Legislativo Municipal) e com a sociedade civil (Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, Conselho de Direitos etc.).

João Bico

- Nosso objetivo é, tanto na Educação como nas demais áreas, administrar São Paulo com a participação plena e permanente da sociedade.
- Implantar um Programa de Metas orientado a atender as necessidades da população
- Sistema de Indicadores para mensurar o desempenho governamental e o grau de satisfação da população em relação aos serviços oferecidos.

João Doria

- A publicidade dos dados/indicadores e dos gastos em todas as áreas na Prefeitura é dever de qualquer gestor.
- É dinheiro público que temos que prestar conta ao seu verdadeiro dono: o contribuinte.
- Dessa forma, disponibilizaremos no Portal da Prefeitura todos os dados/ações que serão realizadas pela Prefeitura para que possam ser acompanhados por todo munícipe.
- Prevemos promover a transparência dos dados de investimentos nas próprias unidades educacionais.

Ricardo Young

- O modelo de Gestão em Rede proposto em nosso Programa de Governo conta com o Sistema Municipal de Inteligência Urbana será composto por um Departamento Municipal de Inteligência Urbana, núcleos análogos em cada Coprefeitura e uma Plataforma Integrada de Informações do Serviço Público e Inteligência Urbana. Os objetivos do Sistema incluem:
 - Reduzir custos e melhorar serviços, otimizando e potencializando recursos da administração pública;
 - Integrar serviços públicos;
 - Conectar ações, ofertas e demandas entre as Coprefeituras e os serviços públicos;
 - Ampliar e radicalizar a transparência das informações públicas;

- Engajar e articular diferentes setores da sociedade na resolução dos problemas comuns, aproveitando o conhecimento e as soluções já existentes na sociedade;
- Dar transparência total da execução do orçamento público, o mais próximo possível do tempo real.
- Para isso cabe ao Departamento de Inteligência Urbana:
 - Estabelecer métodos e procedimentos de produção e coleta de dados de cada Coprefeitura, contrato e serviço público;
 - Estabelecer processos de monitoramento, análise e cruzamento de informações da administração pública, valendo-se das ferramentas apropriadas de processamento de megadados e tecnologias de inteligência de redes;
 - Promover processos e grupos de trabalho intersetoriais e transdisciplinares bem como editais e chamamentos públicos para produção de soluções específicas quando necessário;
 - Desenvolver a plataforma de informações do serviço público e outras tecnologias integradas de dados abertos, transparência, participação e controle social;
 - Desenvolver tecnologias de informação e comunicação direta com e entre as Coprefeituas e serviços públicos, retroalimentandoas com os dados cruzados e indicando procedimentos mais eficientes encontrados pelo conjunto dos órgãos da administração pública;
 - Coordenar e organizar as reuniões mensais das Coprefeituas com o Prefeito e Secretários;
 - Estabelecer com a Câmara municipal um protocolo digital de troca de informações legislativas, processos e ofícios em tempo real e publicamente acessível.
 - Basear-se nas resoluções e procedimentos do TCM para estabelecer um método de transparência de orçamento e de execução em tempo real;
 - Desenvolver indicadores e aferidores para a gestão com plataforma pública de acompanhamento.
- Com relação à Educação Infantil as Associações de Pais e Mestres (APM) bem como Conselho de Escola, CRECE (Conselho Regionais de Representantes de Conselhos de Escola), TCM compõem os mecanismos de gestão transparente e participativa.

9. Qual o conhecimento de V.Sa. a respeito da judicialização da educação infantil na Capital?

Altino

- A judicialização não resolve os problemas colocados.

Erundina

- Sabemos que como alternativa as famílias têm procurado o poder público para exigir a matrícula, e que os mandados judiciais, se por um lado tem o poder de pressionar o Estado e atender a família, por outro também tem gerado novas situações, como a “fila dentro da fila”, a priorização para as famílias que acabam tendo acesso aos mecanismos judiciários e, por vezes, o atendimento fora da capacidade da turma/ unidade escolar.

Fernando Haddad

- A gestão Haddad acompanha de perto a judicialização.
- A política educacional alicerça-se na universalidade e na igualdade de oportunidades. A fila de demanda por CEIs/Creche, por exemplo, é definida por ordem de protocolo e segue critérios e parâmetros públicos, transparentes e monitoráveis pelos órgãos de controle e pela sociedade civil. As ações individuais podem desarticular essa política, o que é preocupante.
- Apesar dessa ressalva, a gestão Haddad entende que a judicialização foi e sempre será um mecanismo de garantia de direitos fundamentais.
- As ações coletivas, porém, têm uma lógica diversa. Elas podem colaborar com os gestores educacionais, porque reforçam a prioridade que a educação infantil deve ter nos debates orçamentários. Além disso, qualificam a ação dos demais órgãos de controle.
- Por isso, a gestão Haddad colabora e presta contas regularmente ao Poder Judiciário nas ações coletivas em que a Prefeitura figura como parte, especialmente por meio do Comitê de monitoramento do Plano de Expansão da Educação Infantil.

João Bico

- De forma resumida, o termo “judicialização da educação” surge na Constituição de 1988 e representa a busca de mais e melhores instrumentos jurídicos que possam defender os direitos das crianças e dos adolescentes.
- Alguns desses direitos são: garantia de oferta àqueles que não se escolarizam na idade ideal, atendimento especializado aos portadores de deficiência e oferta de ensino regular ao aluno.
- Em São Paulo, a judicialização é recorrente, sobretudo, pela oferta insuficiente de vagas.

João Doria

- Sei que existem muitos casos em que famílias buscam o Ministério Público para garantir o direito a vaga na Educação Infantil.
- Sei, também, que muitas vezes essas famílias continuam não sendo atendidas pela Prefeitura, mesmo com ordem judicial.
- Muitas vezes, a Prefeitura fica pagando multa diária até que consiga atender ao mandato judicial.
- Por outro lado, este processo também prejudica aqueles que estão há muito tempo na fila aguardando uma vaga, por os mandatos obrigam a SME a atender a ordem judicial, independentemente da ordem na lista de espera.
- A judicialização da Educação Infantil revela que o acesso à creche além de um direito da criança, passou a ser vital para atender as necessidades das famílias. É um “grito de socorro” dos pais.
- Temos que acabar com esse problema.
- Atender a demanda da Educação Infantil será prioridade na nossa gestão.

Ricardo Young

- A constituição de 1988 é um marco significativo nas políticas de educação no Brasil. Transforma a Educação Básica como um direito inalienável e especificamente no Art. 208, alínea IV destaca “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade”.
- O Plano Nacional de Educação PNE (Lei nº 10.172/2001) estabeleceu metas de atendimento em educação infantil a serem alcançadas até o ano de 2011 (no mínimo, 50% da população em idade de creche e 80% da população em idade de pré-escola), assim como estabeleceu parâmetros para a elaboração de padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado de unidades

educacionais públicas e privadas, limitando a abertura de novas instituições ao cumprimento de tais parâmetros.

- Os Ministérios Públicos e Tribunais de Justiça representam um recurso fundamental no cumprimento desses direitos e atores estratégicos na aferição da qualidade de atendimento desses direitos.

10. Como analisa as ações do Comitê de monitoramento do Plano de Expansão na Educação Infantil de São Paulo?

Altino

- Insuficientes.

Erundina

- Sabemos dos desafios que a cidade impõe e temos pessoas em nossa equipe acompanhando o trabalho valioso do Comitê de Monitoramento do Plano de Expansão da educação infantil na cidade, resultado de um debate importante sobre a judicialização do atendimento, do cumprimento do direito das famílias, sobretudo das mães, e das crianças.

Fernando Haddad

- As ações do Comitê de monitoramento do Plano de Expansão na Educação Infantil são muito positivas e tem colaborado para a expansão da educação infantil na cidade de São Paulo.
- O programa de governo de Fernando Haddad acredita que a primeira infância deve ser a grande prioridade das políticas educacionais.

João Bico

- Trata-se de ações propostas pela Coordenadoria de Infância e da Juventude e, de acordo com a definição do TJSP, tem a atribuição de informar a um determinado juiz sobre o cumprimento do plano, de dois em dois meses. Acho que é um instrumento importante para o acompanhamento dessa questão, sobretudo, para que garanta a efetivação do direito à educação.

João Doria

- Acredito que toda organização que tenha como objetivo o bem comum é fundamental para a conquista de uma sociedade mais justa.
- Vejo neste Comitê um grande colaborador para enfrentarmos o problema de demanda que tem a Cidade de São Paulo com a Educação Infantil, inclusive com todas as questões que envolvem a judicialização.
- A proposta de criação de uma agência que possa analisar e colaborar na gestão deste processo pretende constituir instâncias que permitam aperfeiçoar o acompanhamento da gestão da oferta de vagas e dos serviços conveniados.
- A agência irá intermediar os interesses da sociedade civil (pais e mães das crianças), as creches conveniadas e os representantes da gestão pública, incluindo os poderes judiciário e ministério público. Entre outras funções, poderá contribuir para:
- Aprimorar o processo de mapeamento e acompanhamento da demanda por vagas na creche;
- Dar transparência aos processos de oferta de vagas, atendimento e matrícula;
- Aprimorar os critérios de monitoramento e acompanhamento da qualidade dos serviços conveniados.

- O Comitê também pode colaborar - somadas as forças de vários setores sociais, podemos encontrar soluções mais rápidas e efetivas.

Ricardo Young

- O Comitê de Monitoramento do Plano de Expansão na Educação Infantil de São Paulo acima de tudo recebeu um desafio de enormes proporções, e a responsabilidade de assegurar o direito à Educação Infantil de qualidade à população de São Paulo.
- Composto por pessoas e instituições de ilibada reputação e inegável competência, vêm desempenhando um papel fundamental no monitoramento e pressão política necessária para fazer avançar as disponibilidades de vagas na educação infantil.
- Pode-se dizer com um papel análogo à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com respaldo judicial, reconhecimento público e capacidade de incidência na gestão.
- Esperamos maiores informações acerca do dia 20 de setembro quando poderemos apresentar com mais profundidade nossa visão de gestão descentralizada para a Educação Infantil.